

Estatísticas Monetárias e de Crédito

Nota para a Imprensa

29.3.2023



**BANCO CENTRAL
DO BRASIL**

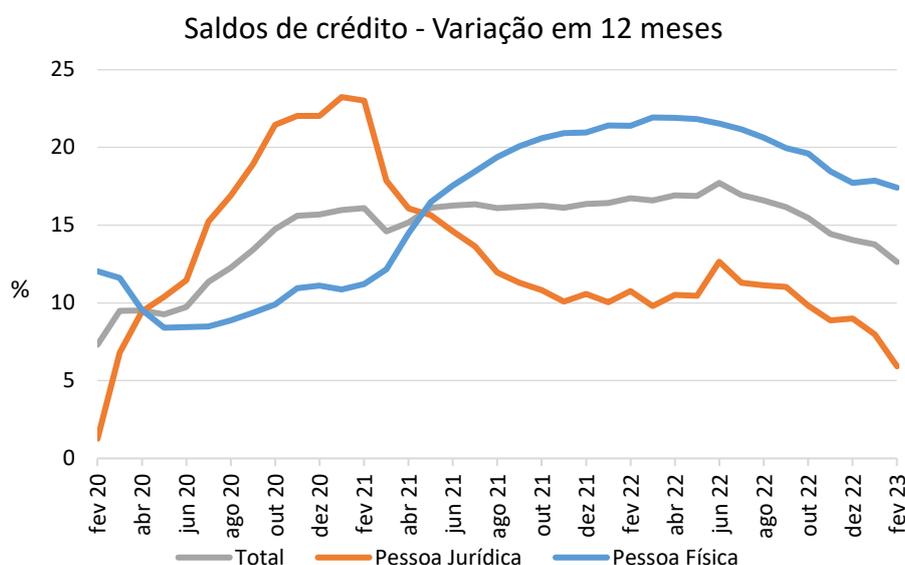
1. Crédito ampliado ao setor não financeiro

Em fevereiro, o saldo do crédito ampliado ao setor não financeiro alcançou R\$14,9 trilhões (147,5% do PIB), crescendo 0,9% no mês, devido principalmente à alta dos títulos de dívida pública, 1,4%, bem como à elevação dos empréstimos externos, 2,3%, impactada pela depreciação cambial de 2,1%. Na comparação interanual, o crédito ampliado cresceu 9,0%, prevalecendo as elevações da carteira de empréstimos do SFN, 12,8%, dos títulos de dívida privados, 36,7%, e dos empréstimos externos, 8,3%.

O crédito ampliado a empresas atingiu R\$5,2 trilhões (51,9% do PIB), com alta de 1,0% no mês, influenciada pela elevação na dívida externa, 2,4%. Em relação a fevereiro de 2022, a expansão de 13,4% do crédito ampliado a empresas refletiu principalmente os aumentos de 33,8% em títulos de dívida e de 7,0% na carteira de empréstimos e financiamentos do SFN.

O crédito ampliado às famílias permaneceu estável em R\$3,5 trilhões (34,6% do PIB) em fevereiro, com variação de 17,1% em doze meses, em função do incremento nos empréstimos do SFN.

2. Operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional (SFN)



O volume de crédito do SFN alcançou R\$5,3 trilhões em fevereiro, retração de 0,1% no mês. O volume de crédito para o segmento empresarial diminuiu 0,7% no mês, para R\$2,1 trilhões, enquanto para o segmento de pessoas físicas houve incremento mensal de 0,4%, somando R\$3,2 trilhões. Na comparação interanual, o volume do crédito total cresceu 12,6% em fevereiro, ante 13,8% no mês anterior. Por segmento, considerando

a mesma base de comparação, tanto o crédito para as pessoas jurídicas quanto para as pessoas físicas desaceleraram em fevereiro, para 5,9% (8,0% em janeiro) e 17,4% (17,9% em janeiro), respectivamente.

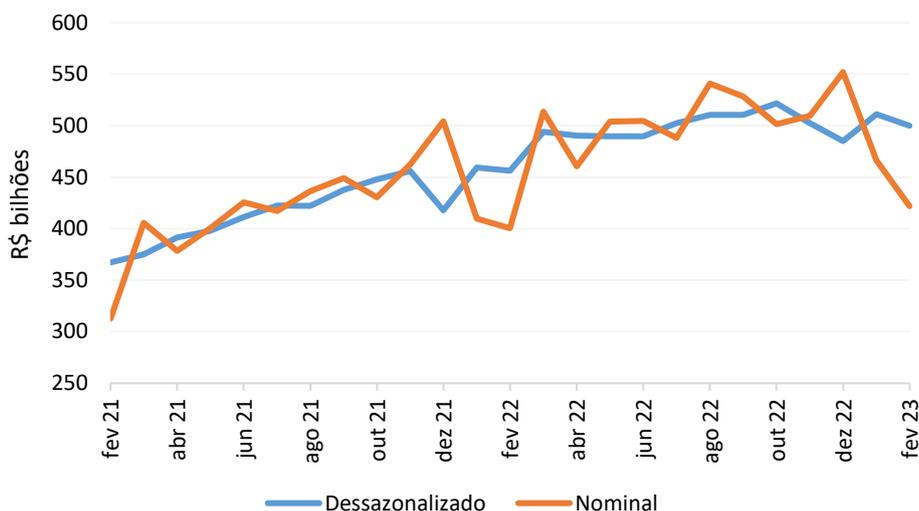
O volume de crédito com recursos livres para empresas totalizou R\$1,3 trilhão em fevereiro, redução de 1,2% no mês e incremento de 4,9% em doze meses (8,2% em janeiro). Esse resultado decorreu da redução das carteiras de desconto de duplicatas, 7,7%, capital de giro total, 1,3%, e de antecipação de faturas de cartão de crédito, 5,9%.

O volume de crédito com recursos livres às famílias atingiu R\$1,8 trilhão em fevereiro, assinalando estabilidade no mês e crescimento de 17,0% comparativamente ao mesmo período do ano anterior

(17,7% em janeiro). Por modalidades, as operações de cartão de crédito rotativo, crédito pessoal consignado para trabalhadores do setor público e para aposentados e pensionistas do INSS apresentaram crescimentos de 4,6%, 1,0% e 1,1%, respectivamente, enquanto as operações de cartão de crédito à vista declinaram 3,6% no mês.

O volume de crédito direcionado alcançou R\$2,2 trilhões em fevereiro, com avanços de 0,6% no mês e de 14,3% em doze meses (14,2% em janeiro). O saldo do crédito direcionado às empresas expandiu 0,1% no mês e 7,7% em doze meses, atingindo R\$737,3 bilhões, enquanto o saldo do crédito direcionado às famílias somou R\$1,4 trilhão, com altas de 0,8% no mês e de 17,9% na comparação interanual.

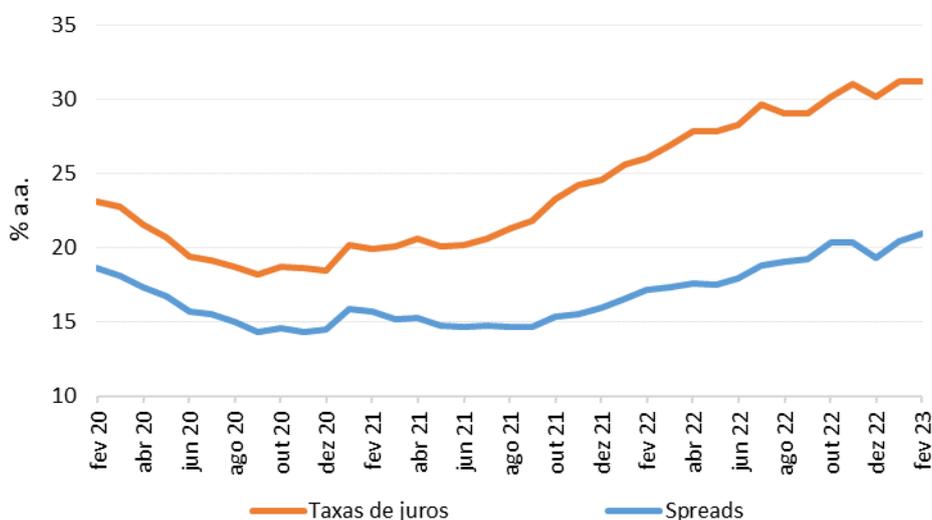
Concessões de crédito



As concessões nominais de crédito somaram R\$421,9 bilhões em fevereiro. Nas séries com ajuste sazonal, o fluxo de novas contratações diminuiu 2,2% no mês, evidenciando retração de 4,4% para pessoas jurídicas e elevação de 0,8% para pessoas físicas. Na comparação interanual, as concessões nominais aumentaram 17,0% em fevereiro, com expansão de 14,9% nas contratações com pessoas jurídicas e 18,9%

com pessoas físicas. As concessões médias diárias cresceram 10,6% no mês.

Taxas de juros e Spreads - Total



A taxa média de juros das novas concessões realizadas em fevereiro atingiu 31,2% a.a., mantendo-se estável no mês e crescendo 5,2 p.p. comparativamente a fevereiro do ano anterior. O spread bancário das novas concessões elevou-se 0,4 p.p. no mês e 3,8 p.p. em doze meses, alcançando 20,9 p.p.

No crédito com recursos livres, a taxa média de juros alcançou 44,2% a.a. em fevereiro, com incrementos de 0,7 p.p. no mês e de 7,7 p.p. na comparação interanual. Nas concessões pactuadas com as empresas, a taxa média de juros situou-se em 24,2% a.a. (-1,1 p.p. no mês e +2,7 p.p. em doze meses), enquanto nas realizadas com as famílias, a taxa média de juros alcançou 58,3% a.a. (+1,7 p.p. no mês e + 10,2 p.p. em doze meses).

O Indicador de Custo do Crédito (ICC), que mede o custo médio de todo o crédito do SFN, atingiu 22,3% a.a., elevando-se 0,3 p.p. no mês e 2,9 p.p. em 12 meses.

A inadimplência da carteira de crédito do SFN atingiu 3,3% em fevereiro, acréscimo de 0,1 p.p. no mês e de 0,8 p.p. em doze meses. Esse movimento refletiu o aumento de 0,3 p.p. nas operações com recursos direcionados, que atingiu 1,6%, e a estabilidade nas operações com recursos livres, que se manteve em 4,5% em fevereiro.

O endividamento das famílias com o SFN alcançou 48,8% em janeiro, o que representou decréscimos de 0,2 p.p. no mês e de 1,0 p.p. em 12 meses. Nas mesmas bases de comparação, o comprometimento de renda registrou retração de 0,2 p.p. no mês e elevação de 0,5 p.p. em 12 meses, situando-se em 27,1%.

3. Agregados monetários

A base monetária alcançou R\$403,6 bilhões no mês de fevereiro, diminuição 2,4% no mês e crescimento de 0,3% em doze meses. No mês, o volume de papel-moeda em circulação e as reservas bancárias reduziram 0,4% e 11,7%, respectivamente.

Entre os fluxos mensais dos fatores condicionantes da base monetária, apresentaram impacto contracionista as operações do Tesouro Nacional, R\$11,1 bilhões, as com títulos públicos federais, R\$27,6 bilhões (colocações líquidas de R\$34,3 bilhões no mercado primário e compras líquidas de R\$6,7 bilhões no mercado secundário) e as de Redesconto e de Linhas de Liquidez, R\$7,6 bilhões. No sentido expansionista impactaram as operações do setor externo, R\$15,3 bilhões, os depósitos de instituições financeiras, R\$18,2 bilhões (liberação de depósitos voluntários a prazo, R\$16,4 bilhões, recursos de caderneta de poupança, R\$920 milhões, de depósitos à prazo, R\$227 milhões, recursos do Proagro, R\$378 milhões e depósitos de garantia em espécie vinculadas a Linhas Financeiras de Liquidez – LFL, R\$483 milhões) e as operações com derivativos, R\$4,6 bilhões.

Os meios de pagamento restritos (M1) totalizaram R\$590 bilhões, aumento de 0,6% no mês, decorrente da redução do papel-moeda em poder do público, 0,9%, e do crescimento dos depósitos à vista, 1,9%. Considerando-se dados dessazonalizados, o M1 cresceu 0,5% no mês.

O M2 elevou-se 0,3% no mês, com saldo total de R\$5,0 trilhões, refletindo o aumento de 0,6% no saldo do M1 e de 0,4% no saldo de títulos emitidos por instituições financeiras que alcançou R\$3,5 trilhões, com a expansão de 1,5% no saldo das letras de crédito (LCA e LCI) e de 0,4% no saldo das letras financeiras. O saldo dos depósitos a prazo aumentou 0,1%, enquanto o dos depósitos de poupança recuou 0,3%, totalizando R\$972 bilhões. O M3 cresceu 0,3% no período, totalizando R\$9,7 trilhões, reflexo do aumento

no saldo do M2 e do crescimento de 0,5% no saldo das quotas de fundos do mercado monetário (R\$4,5 trilhões). O M4 avançou 0,7% no mês, totalizando R\$10,7 trilhões. Em 12 meses a variação foi de 12,2%.

4. Aprimoramento nas estatísticas de comprometimento e endividamento

Em consonância com o princípio da transparência e seguindo as melhores práticas internacionais de publicação de estatísticas, o Banco Central do Brasil passa a publicar, no Sistema Gerenciador de Séries Temporais (SGS), séries de comprometimento de renda das famílias **sem ajuste sazonal**, além das já existentes séries com ajuste sazonal. O código SGS das novas séries segue na tabela abaixo:

Código SGS	Nome
29263	Comprometimento de renda das famílias - Amortização - Sem ajuste sazonal
29264	Comprometimento de renda das famílias - Juros - Sem ajuste sazonal
29265	Comprometimento de renda das famílias - Serviço da dívida - Sem ajuste sazonal
29266	Comprometimento de renda das famílias - Serviço da dívida exceto crédito habitacional - Sem ajuste sazonal

Adicionalmente, a partir deste mês a defasagem dos indicadores de comprometimento e endividamento volta a ser de dois meses em relação à data de publicação, em consonância com o calendário de divulgação da PNAD Contínua do IBGE. Assim, nesta Nota são divulgados os indicadores de comprometimento e endividamento até janeiro de 2023.

5. Alteração nas tabelas da Nota

Com o objetivo de facilitar a consulta à relação do crédito do SFN com o PIB, esta informação foi acrescida ao final das tabelas 2 (Crédito do SFN – Resumo – Livre e Direcionado), 3 (Crédito do SFN – Resumo – PF e PJ), 4 (Crédito do SFN – Resumo – Recursos livres) e 5 (Crédito do SFN – Resumo – Recursos direcionados).